

Percepção e topofilia dos cidadãos para com os espaços verdes inseridos no ambiente urbano.

*Gabriel Salles Maria de Macedo Rêgo^I
João Luís Jesus Fernandes^{II}*

RESUMO

O trabalho em questão analisa a importância do patrimônio natural no ambiente urbano, sobre o prisma da geografia. O objetivo principal é compreender a percepção dos cidadãos com relação à natureza na cidade de Coimbra (Portugal), verificando o papel dos espaços verdes (patrimônio natural) na qualidade de vida urbana. Para alcançar tais objetivos, inicialmente fez-se uma reflexão conceitual sobre topofilia, percepção ambiental e natureza na cidade. Posteriormente fez-se uso de quatro procedimentos: (1) Análise de campo com montagem de banco de dados fotográficos da cidade de Coimbra, como forma de verificar a presença, a conservação e a relação para com o patrimônio natural inserido no ambiente urbano; (2) Inquéritos por meio de entrevistas, em dois bairros da cidade – Vale das Flores e Monte Formoso – privilegiando adultos acima dos 30 anos; e (3) Inquéritos por meio de entrevistas em duas escolas – localizadas no bairro Solum – com jovens entre os 15 e 20 anos; e (4) Análise comportamental em um espaço verde público do município. Os dados revelaram que a percepção e a relação topofílica para com os espaços verdes urbanos são marcadas pela contradição entre a prática e o discurso. Concluiu-se que a presença do patrimônio natural no ambiente urbano ainda se apresenta como uma questão secundária. Além disto, concluiu-se que, para se reforçar essa relação simbólica e/ou funcional, o patrimônio natural deve estar presente em todo o contínuo urbano, não devendo ficar restrito aos bairros mais elitizados ou aos parques.

PALAVRAS-CHAVE: Topofilia; Patrimônio Natural; Ambiente Urbano; Percepção Ambiental.

Introdução

O mundo atual marcha para o agrupamento do povoamento, as cidades se multiplicam e o modo de vida urbano é um fato real e um desejo comum a quase maioria dos indivíduos. Aliado a isto, a humanização e a compactação das paisagens constitui-se em um movimento crescente e de grande intensidade em muitas áreas urbanas.

Estas constatações levantam questionamentos sobre o que pensam os cidadãos a respeito da presença da natureza na cidade, natureza aqui entendida como as áreas verdes ou o patrimônio natural de uma cidade, e a relação desta para com a qualidade de vida urbana.

Ao mesmo tempo surgem reflexões sobre o quanto a própria compreensão do que seja o melhor para a cidade acaba por esbarrar nas diferentes percepções, que muitas

^I Geógrafo, Mestre em Ordenamento do Território, pela Universidade de Coimbra – gabrielsalle@gmail.com

^{II} Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra – jfernandes@fl.uc.pt

vezes são seccionadas, filtradas e fragmentadas não só de cidade, mas também nos objetivos de vida de cada cidadão. Este fato faz das paisagens urbanas um território de conflitos de percepção e de modos de agir, conflitualidade essa que gira em torno de muitos fatores. As áreas verdes, a sua vivência e gestão, é um dos mais importantes.

Constata-se que o modelo de ocupação urbana que se estabelece na atualidade, opta pela gradativa e constante alteração da natureza, que acaba por converter-se em algo socializado e humanizado (SANTOS; 1978). Torna-se, do mesmo modo, imperativo compreender quão harmônica pode ser, ou não, a relação da cidade com a natureza, das intervenções antrópicas com a manutenção da matriz natural.

Deste modo, debate-se a ideia que a presença e a conservação das áreas verdes de uma cidade, de um bairro ou de qualquer outro microterritório urbano pode condicionar o caráter de uma paisagem e contribuir para uma maior ligação do indivíduo para com o ambiente.

Neste artigo, verifica-se que a percepção, o sentimento e a própria atitude dos indivíduos para com o ambiente aparecem como os elementos estruturadores desta ligação, ligação na qual Tuan (1980) sintetizou como sendo a associação de sentimentos da pessoa para com o lugar em que vive, ou seja, a ligação afetiva do indivíduo, ligação esta que ele chamou de topofilia. Que por sua vez exprime a própria percepção do indivíduo para com o ambiente ao seu redor. Ligação que difere, essencialmente, quanto à percepção, pois esta, através das diferentes ideias, impressões, julgamentos e concepções, faz surgir diferentes imagens do mundo real.

O entendimento e a compreensão desse valor afetivo fica condicionado à percepção do ambiente circundante, que depende do complexo conjunto de filtros que se levantam entre o sujeito e a realidade percebida (KANASHIRO; 2003). Neste sentido, a discussão aproxima-se dos conceitos abordados pela geografia cultural ou pela chamada geografia humanista, vertente que tem como enfoque fundamental os estudos de percepção ambiental, partindo do pressuposto de que o significado do comportamento humano, na relação com o meio ambiente, se baseia em crenças e valores¹. (OLIVEIRA MELO; 2005)

Desde a Geografia Cultural, autores como Berger (1974), McDowell (1996), Cosgrove (1998) e Claval (1999), argumentam que as paisagens não são neutras, pois acabam por refletir as relações de poder e as diferentes percepções e formas de se ver o mundo em determinado momento. Para estes autores, a paisagem torna-se uma marca, porque revela um determinado contexto civilizacional, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canaliza, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. (BERQUE, 1998; 84-85).

O presente estudo procura mostrar que as crenças, os valores e as visões do espaço vivido acabam por influenciar, não só na relação que cada um tem com a paisagem natural, mas também, na forma de se estabelecer sentimentos e atitudes para com a presença das áreas verdes inseridas no ambiente urbano. Este trabalho parte também da concepção que os espaços verdes têm, nas áreas urbanas, uma dupla função: a social e a ecológica, a primeira referindo-se ao valor da apropriação humana destes espaços, para atividades associadas aos tempos livres, por exemplo, e a segunda, ao seu valor enquanto espaço de atenuação climática e de, por exemplo, infiltração das águas e menor escorrência superficial das mesmas. Ainda no que respeita ao valor social e simbólico das áreas verdes, a função que ocupa este texto, refira-se a importância da geodiversidade sincrônica (a quebra visual em espaços compactados e, em muitos casos, a tender para um perfil monocromático e simplificado) e a geodiversidade diacrônica,

isto é, a mudança de imagem que, em muitos climas, sobretudo naqueles de regular sucessão das estações do ano, ocorre nas áreas verdes, entre a Primavera e o Outono, por exemplo.

Este trabalho é também sensível às mudanças que, perante a rápida urbanização, ocorrem na vida citadina, que tende para o risco do anonimato e da homogeneização dos estilos de vida (AUGÉ; 2006). Seguindo este raciocínio compreende-se que, em muitos casos, o ambiente urbano seja visto numa restrita óptica empresarial, onde noções de cultura, religião, ética e ecologia, deixam de serem balizadoras das ações que se estabelecem neste território urbano. Tal concepção coloca em risco o próprio estabelecimento de uma relação topofílica com o lugar, acabando por levar a própria sociedade a pensar a natureza como um investimento.

Contudo como escreve Relph (1987; 87) também não é correto continuar a conceber a idéia de natureza como uma paisagem bucólica distante. O ideal de vida de um cidadão urbano deve deixar de ser o espaço bucólico e romântico de baixas densidades, que existirá longe das áreas urbanas e, talvez, longe do seu tempo, mas esse grau de felicidade pela fruição do espaço deve ocorrer nos próprios territórios do cotidiano das populações, fato que é um estímulo importante para a gestão das cidades. A idéia de bucolismo deve inserir-se e adaptar-se aos novos contextos e abrir-se ao dinamismo dos novos espaços urbanos.

No caso das paisagens construídas, entende-se ser necessário pensar alternativas para a cidade, dentro do que já se encontra estabelecido. A cidade não deixa de ser uma paisagem construída com um suporte físico e natural, daí o argumento da cidade entendida como parte da natureza, mesmo que uma natureza já humanizada.

Autores como Spirn (1995) e Pellegrino (2000) ressaltam que as paisagens construídas merecem ser compreendidas e apreciadas, mas também devem ser objeto de uma análise crítica constante. Para estes autores, as paisagens urbanas conferem enquadramento visual à existência cotidiana das populações e a cidade, enquanto processo social, faz parte da natureza, integra-a, é sua extensão, o que invalida qualquer projeto urbanístico que não se ancore nesta premissa.

Portanto, torna-se necessário estabelecer uma relação de harmonia entre o espaço construído e seu suporte natural, desenvolvendo um modelo de urbanização, ou de reurbanização, que minimize os conflitos com a natureza, ou seja, deve-se encontrar formas que permitam que esse suporte natural da cidade venha a contribuir para o bem-estar, físico e psicológico, individual e social, de seus usuários.

A cidade torna-se palco de um conflito dicotômico entre natureza e urbano, como se torna também fonte de possíveis soluções para estes conflitos. As observações apontadas fundamentam este artigo que propõe avaliar se a ligação afetiva da sociedade para com o ambiente considera, na concepção das cidades e do espaço urbano, a preservação e a manutenção do patrimônio natural urbano.

A cidade de Coimbra como objeto de estudo

No intuito de buscar respostas a estas reflexões escolheu-se a cidade de Coimbra (Portugal) como área de estudo e desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de um exemplo de cidade média portuguesa que, como outras cidades da mesma dimensão, passou por um acelerado e constante processo de urbanização.

Coimbra é a sede de um município que ocupa uma área de 319 km², com uma população residente de 149.000 habitantes e uma densidade demográfica de 465 habitantes por km² (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS; 2001). Este município é constituído por 31 freguesias (unidades administrativas equivalentes aos bairros no

Brasil) das quais 24 são predominantemente urbanas, 5 mediamente urbanas e 2 predominantemente rurais. (Figura 1.1).



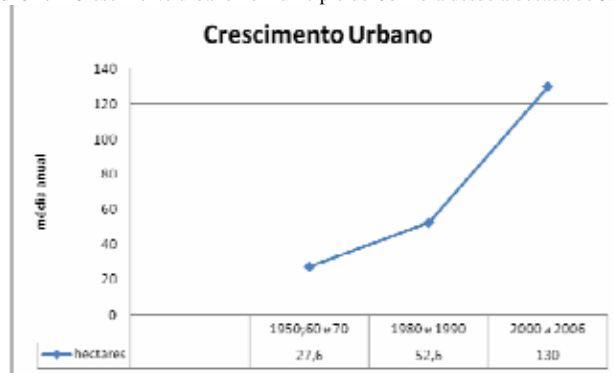
Figura 1.1 – Localização geográfica do município de Coimbra.
 Fonte: Câmara Municipal de Coimbra (2006)

O município de Coimbra tem a maior parte da população concentrada na área urbana. Dos 149.000 residentes no município conimbricense, aproximadamente 102.000 estão registrados na área urbana (DOMINGUES, 2006; 218).

No caso de Coimbra a celeridade da expansão urbana, muitas vezes desordenada e à margem do controle estatal, em especial no que se refere à regulamentação dos usos dos solos e à implantação de infra-estruturas, faz com que os espaços verdes não apresentem uma distribuição uniforme nem permita o seu usufruto por toda a população cidadã².

Acrescenta-se, além disso, que o predomínio do setor terciário na economia urbana local, sobretudo nas áreas do ensino e da saúde, tem contribuído para o crescimento substancial da área urbana e do próprio consumo *per capita* do solo (quadro 1.1). Este desenvolvimento foi acompanhado pelo aumento da dispersão do espaço construído, fato que afetou a presença das áreas verdes dentro do espaço urbano. Esta dispersão é também favorecida pelo investimento público em infra-estruturas viárias e em equipamentos urbanos que reforçam o surgimento de novas centralidades dentro da cidade, centralidades mais dispersas que também proporcionam uma expansão urbana mais alastrada.

Quadro 1.1- Crescimento urbano no município de Coimbra desde a década de 50.



Fonte: Plano Diretor de Coimbra (2006) org. do autor

Acrescente-se ainda que, nos planos e normas urbanísticas, as áreas previstas para expansão da área construída são, no geral, superiores às necessárias, o que contribui para a dispersão do povoamento, para o subaproveitamento dos investimentos e para o aumento do terreno espectral. Além disso, não se distingue o conceito de edificar do conceito de urbanizar, fato que contribui para que os construtores evitem o loteamento e apostem na construção isolada, o que resulta na falta de articulação de cada construção com a envolvente, na descaracterização das áreas verdes públicas e na sua consequente dispersão assimétrica. Neste sentido Carvalho (1995; 81) argumenta que:

“(...) de forma geral, no município construía-se mais ou menos por toda a parte de forma dispersa, aparentemente com autorização para isso, sendo raras as iniciativas que se articulam com o entorno, resultando em uma qualidade ambiental fraca e duvidosa, de difícil distinção entre espaços urbanos e espaços rurais, e com uma carência de infra-estruturas e de espaços livres tratados (...)”.

Freitas (2007) acrescenta ainda que, no caso da cidade de Coimbra, além da falta de áreas verdes bem conservadas e tratadas, há, por parte dos cidadãos, pouca noção da natureza na cidade. Isto ocorre porque, na maioria das vezes, parece não haver uma cultura de proteção e preservação, ficando a sensação de que a natureza é e deverá ser sempre uma herança garantida.

No que se refere as políticas públicas, o qual o Plano Diretor do Município de Coimbra é um dos instrumentos fundamentais, no contexto do patrimônio natural, enfatiza-se o valor dos espaços verdes dentro da estrutura ecológica municipal, onde estes são caracterizados com áreas ou conjuntos de áreas com dimensão para assumirem uma categoria de uso no sistema urbano, qualificadas pela elevada expressão do sua cobertura vegetal e por um valor importante na composição paisagística e que contribuem de forma significativa, como elementos de recreio e lazer, de proteção, e de composição paisagística para a qualidade do meio ambiente.

Assim dentro da área municipal, o PDM destaca duas situações: Zonas Verdes de Proteção, que são áreas da estrutura verde urbana que apresentam prioridade na preservação³; e as Zonas Verdes Públicas que são os grandes espaços verdes urbanos vocacionadas para o recreio e lazer e que deverão ser usufruídas por toda a população⁴. (Figura 1.2).

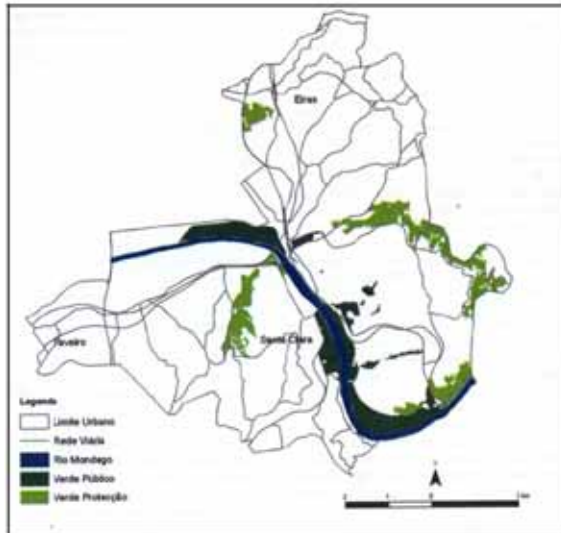


Figura 1.2 – Distribuição das áreas verdes presentes no limite urbano de Coimbra. Fonte: Cordeiro (2004)

A metodologia de pesquisa de terreno feita na cidade de Coimbra, cujos resultados se apresentam de seguida, concentrou-se na análise da diversidade do património natural, sobretudo as áreas verdes públicas inseridas no ambiente urbano. Esta opção deve-se muito à imagem de insuficiência destes espaços no contexto global do município e, como salienta Cordeiro (2004), à pressão que estes espaços podem vir a sofrer num futuro próximo.

Métodos de análise

Definidos o objetivo e o objeto de estudo – que consiste em compreender a percepção e a ligação afetiva dos cidadãos com relação à presença da natureza na cidade de Coimbra – o método para a realização da pesquisa estruturou-se em três etapas complementares⁵. (Figura 1.3)

Numa primeira etapa, realizou-se pesquisa de terreno para observar, identificar e sistematizar a diversidade do património natural existente no município. A partir desta análise foi montado um banco de dados fotográfico relativo ao estado de preservação do património natural da cidade de Coimbra, fato que permitiu fazer uma primeira aferição empírica sobre o estado de conservação das áreas verdes e a relação destas com os espaços construídos.

Fundamentado nas imagens e nas observações feitas definiu-se o espaço urbano no qual seriam realizadas entrevistas. Assim, a segunda etapa da pesquisa baseou-se em identificar e analisar, por meio de entrevistas, a relação dos moradores de dois bairros da cidade de Coimbra – Vale das Flores e Monte Formoso – salientando que a escolha destes dois casos de estudo se deu pela característica de oposição que os marca, tanto paisagística, como socioeconômica⁶ (renda, escolaridade, população empregada e valor dos imóveis, por exemplo).

Esta metodologia implicou a deslocação, por uma semana, a cada um dos bairros, em vários dias da semana e ao fim-de-semana, para questionar o maior número e uma maior diversidade de pessoas. Para a realização das entrevistas não foi definida amostra rígida, o método foi aleatório, embora se tenha estabelecido como universo de análise os cidadãos na faixa etária dos 30 anos ou acima. Esta opção deve-se ao interesse na análise da população ativa, daquela que tem um maior poder de decisão na cidade e, ao

mesmo tempo, a que tem já uma maior perspectiva temporal de mudança. Assim se realizaram 100 entrevistas, 50 em cada bairro, com um guia dividido em 3 partes: 1) Inicialmente caracterizou-se o universo de análise em relação à faixa etária, ao sexo e à escolaridade; 2) A segunda parte foi estruturada objetivando descobrir as razões que levaram os cidadãos a morar naquele determinado ambiente, a opinião que o indivíduo tem sobre o bairro em que vive e qual a relação que a presença ou não das áreas verdes tem para a escolha do local; 3) A terceira parte da entrevista envolveu saber qual a percepção dos moradores a respeito da presença do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, tanto do bairro quanto da cidade de Coimbra.

Após a análise dos resultados provenientes das entrevistas com os moradores dos bairros, realizaram-se novas entrevistas, agora com cidadãos de faixa etária mais jovem, mais especificamente entre os 15 e 20 anos, por estes jovens serem os que irão consumir estes espaços num futuro próximo, considerou-se necessário compreender a opinião destes a respeito da presença do patrimônio natural inserido no ambiente urbano. Acrescenta-se ainda que os cidadãos mais jovens consomem mais especificamente a cidade, tem uma mobilidade mais específica e nesta fase caracterizam-se também por apresentar uma intensa socialização. Por isso a importância de se conhecer a percepção destes para com o patrimônio natural e de que forma estes o consomem.

Além disso, tem-se que, a partir desta faixa etária, é que começa a se formar verdadeiramente a identidade dos cidadãos para com o espaço que os cerca, deste modo, importa saber como se define a identidade dos mais jovens para com o patrimônio natural urbano. Assim sendo foram realizadas 80 entrevistas, em duas escolas – Escola Secundária de Avelar Brotero e Liceu Infanta Dona Maria – que estão localizadas em área urbana geograficamente central e já bastante consolidada da cidade de Coimbra, o bairro do Solum. Os procedimentos que guiaram as entrevistas foram similares aos utilizados nas entrevistas com os moradores dos dois bairros: 1) A primeira parte baseou-se em caracterizar o universo de análise pelo sexo, idade e pelo local de residência; 2) A segunda parte concentrou-se na compreensão do que os jovens faziam quando do seu tempo livre, objetivando descobrir o grau de importância das áreas verdes quando da escolha dos locais para lazer e descanso; 3) Na parte final perguntou-se especificamente sobre a questão da presença das áreas verdes inseridas no ambiente urbano, indagou-se se os jovens frequentavam alguma das áreas verdes, praças, parques e o que poderia melhorar nestes ambientes.



Figura 1.3 – Localização do conjunto das áreas de análise escolhidas para o estudo de caso. Fonte: Google Earth; org. do autor.

Constatações e Resultados

Através da análise fotográfica realizada na cidade de Coimbra, constatou-se que as áreas que existem, sejam elas pequenos jardins, praças e pequenos alinhamentos de árvores, apresentam uma grande diversidade quanto à conservação e preservação. Pelas ruas da cidade de Coimbra observam-se áreas que apresentam condições de qualidade e de integração entre o ambiente construído e a preservação do patrimônio natural, como também é possível encontrar exemplos de negligência e de subutilização dos espaços verdes.

Constatou-se certa dicotomia na relação dos cidadãos com os espaços naturais da cidade, pois estes utilizam mais os espaços contíguos às áreas verdes e menos estas últimas. Verificou-se que a relação para com as áreas não naturais é maior, mesmo em áreas onde a presença do verde se apresenta com bastante intensidade e bem conservado. Mesmo quando ocorre o uso desses espaços verdes, essa utilização desvirtua a vocação natural desses espaços que, como ocorre em algumas praças públicas, acabam servindo como estacionamento para veículos, por exemplo.

Esta dicotomia e diversidade de casos se fez presente ainda na constatação de edificações que são erguidas suprimindo o patrimônio natural existente, convivendo lado a lado com prédios onde a integração entre o construído e o natural ocorrem de maneira articulada, onde a presença da natureza é uma constante, aliada, funcional e caracterizadora de beleza para o construído (Figura 1.4)



Figura 1.4 – Duas áreas verdes inseridas no núcleo urbano de Coimbra, com dois tipos de usos bem contrastantes.

Fonte: o autor.

De forma geral, a análise evidenciou que o município ostenta alguns espaços de qualidade, que demonstram uma maior harmonia entre natureza e espaço construído. Porém, desta análise ficou também a constatação que, em muitos dos casos que se visualizam na cidade, os espaços verdes públicos surgem no que resta do espaço edificado, o que demonstra uma forte desarticulação entre desenvolvimento urbano e patrimônio natural.

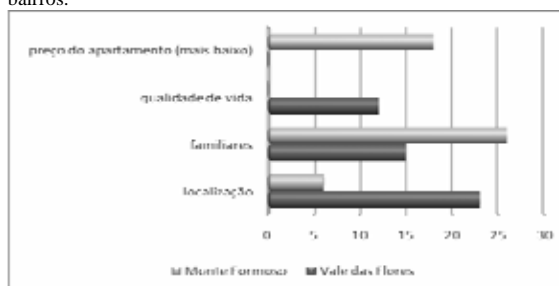
Este fato poderá ser sinal da débil relação topofílica dos cidadãos para com o patrimônio natural presente na cidade de Coimbra, fato que se tentará esclarecer através da análise das entrevistas. Por outro lado, esta observação e o conseqüente registro fotográfico evidenciou uma forte falta de consenso a respeito dos valores e das funções que as áreas verdes podem ter para uma comunidade, dado que se procurou comprovar através das entrevistas realizadas.

Análise das entrevistas feitas com os moradores dos bairros

Com a intenção de confirmar a hipótese de uma falta de consenso a respeito do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, primeiramente, foram feitas entrevistas com os cidadãos dos dois bairros selecionados – Monte Formoso e Vale das Flores que, como se referiu, são dois espaços paisagísticos e geohumanos muito contrastados.

Quando perguntado sobre qual a razão para a escolha do bairro como local de moradia. Verificou-se que predominavam as razões de localização e centralidade para os moradores do Vale das Flores (46%), e as familiares para os do Monte Formoso (52%). No caso do Vale das Flores, é de se salientar que a questão quanto à qualidade de vida teve uma significativa resposta (24%)⁷. No caso do Monte Formoso, as respostas destacaram também o fator baixo preço do imóvel (referido por 36% dos entrevistados) (Quadro 1.2).

Quadro 1.2 – Universo de análise segundo a razão de residência nos bairros.



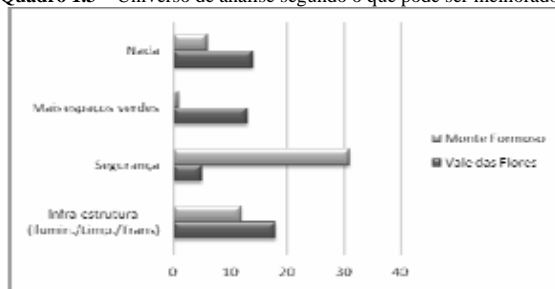
Fonte: o autor

Cruzando dados relativos ao preço dos imóveis e à frequência de alguns dos espaços verdes da cidade constatou-se que 67% dos que responderam frequentar, escolheram o bairro do Monte Formoso pelo preço mais baixo e não pela presença de áreas verdes. Verificou-se assim que os cidadãos optaram por um bairro onde a presença das áreas verdes é escassa, mesmo tendo nestas uma opção de lazer e relaxamento. Conclui-se, deste modo, que a presença destas ainda não é fator essencial para escolha do imóvel, mas sim o seu preço.

Quando perguntado sobre o que os moradores gostariam que melhorasse no bairro em que residem, para os entrevistados no Vale das Flores, a maioria das respostas referia a não necessidade de melhorias (28% dos entrevistados) e, em segundo, referia-se o aumento dos espaços públicos verdes (26% das respostas). Por sua vez no bairro do Monte Formoso a questão da segurança aparece como a mais importante, 62% dos

entrevistados, enquanto o aumento das áreas verdes apenas foi citado por 2% dos entrevistados (Quadro 1.3).

Quadro 1.3 – Universo de análise segundo o que pode ser melhorado no bairro.



Fonte: o autor

Uma das questões que foram objeto de análise pretendia descobrir qual a prioridade na escolha dos espaços verdes para os cidadãos quando do seu tempo livre. Sobre a ocupação desses períodos de lazer, com maior porcentagem de respostas apareceram os centros comerciais (*shoppings centers*), se constituindo como primeira opção de lazer para 20% dos entrevistados no Vale das Flores e para 16% dos entrevistados no Monte Formoso. Enquanto a alusão ao uso das áreas verdes para os entrevistados no Vale das Flores fica em 14% e no Monte Formoso 6% do total.

Cruzando os dados obtidos, observou-se as diferentes relações com o patrimônio natural nestes dois bairros. Notou-se que dos 16% dos entrevistados do Monte Formoso que frequentam os centros comerciais aos finais de semana, nenhum deles respondeu, na questão sobre o que poderia melhorar no bairro, que sinônimo de melhora poderia ser o aumento das áreas verdes. Sendo que metade destes mesmos entrevistados responderam que não frequentam nenhum dos espaços verdes da cidade.

Enquanto que dos 20% dos entrevistados do Vale das Flores que frequentam os centros comerciais nos finais de semana, 80% destes responderam afirmativamente a respeito de irem a algum dos espaços verdes da cidade. O que de fato caracterizou uma relação nova para com as áreas verdes, sendo que estas aparecem como uma alternativa a mais dentro das diversas opções que o cidadão tem acesso nos dias atuais.

Confirmando-se assim que as áreas naturais perdem sua atratividade como locais procurados para o relaxamento, reflexão e mesmo como locais de lentidão. Como se pôde perceber na pesquisa realizada, muitas vezes estas são substituídas pelos locais de consumo, pelos centros comerciais ou mesmo pelos confortos da vida moderna que transformam a casa em um grande centro de lazer, o que também confirma a ascensão das chamadas novas sociabilidades.

Quanto à percepção do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, foi perguntado se os indivíduos frequentavam algum dos espaços verdes da cidade e caso frequentassem o que poderia ser melhorado nestes espaços. 70% dos entrevistados no Vale das Flores responderam que frequentam algum dos espaços, enquanto no Monte Formoso a porcentagem foi de 64%.

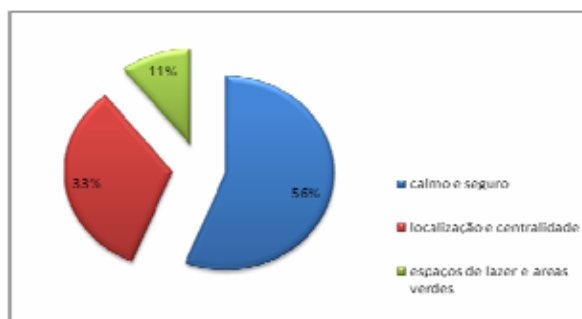
Quando questionados sobre o que poderia ser melhorado nos espaços verdes, a questão da infra-estrutura de lazer e de recreação foi referida pela maior porcentagem de entrevistados no Vale das Flores (70%) e, de certo modo demonstrando a falta de topofilia dos moradores do Monte Formoso para com as áreas verdes, para 55% dos entrevistados não havia nada a ser feito para melhorar as áreas verdes existentes. Esta diferente percepção dos espaços verdes em cada um dos universos inquiridos está demonstrada ainda por outros resultados. Enquanto para os entrevistados no Vale das

Flores questões como melhor distribuição dos parques pela cidade e de mais árvores sendo plantadas apareceram como pontos a serem melhorados nos espaços verdes de Coimbra, para os entrevistados no Monte Formoso, a questão principal referia-se particularmente à segurança e aos preços praticados pelos cafés e restaurantes existentes nos parques.

Apreciação das entrevistas feitas com os jovens

Quanto à percepção e relação dos jovens com as áreas verdes descobriu-se que nas horas de lazer 3% dos jovens escolhem estas para estar no seu tempo livre em detrimento dos 17% que se dirigem a ginásios ou academias e aos 7% que escolhem os centros comerciais, por exemplo. Como do mesmo modo para os jovens a presença das áreas verdes não se apresentou como sendo um fator que contribuísse para os mesmos gostarem dos bairros em que viviam. (Quadro 1.4)

Quadro 1.4 – Universo de análise para os que responderam gostar do bairro em que vivem, do porque deles gostarem.

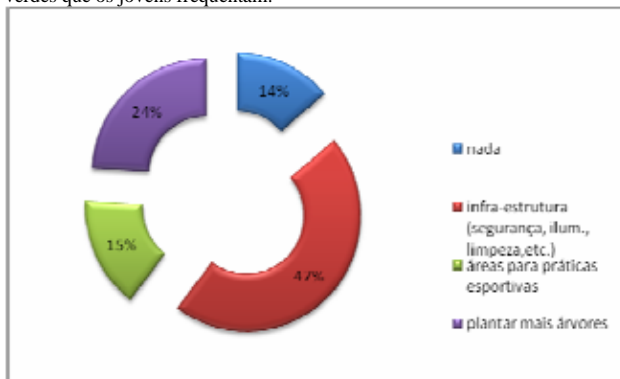


Fonte: o autor

Sendo que a questão da formação da identidade dos jovens quanto ao espaço que os cerca aparece na análise das respostas sobre o que poderia melhorar na cidade, ou seja, objetivou-se saber qual seria a percepção dos jovens quanto à qualidade de vida no bairro em que viviam e também na cidade de Coimbra. Nesta questão 14% e 29% dos jovens entrevistados responderam que o aumento das áreas verdes seria condição necessária para que o bairro e a cidade, respectivamente, apresentasse melhor qualidade de vida. Assim, caracteriza-se certa ambiguidade na relação dos jovens com as áreas verdes, pois quando perguntado o que os mesmos fazem no tempo livre, as áreas verdes não foram citadas em nenhum dos casos como locais preferenciais, mas estes mesmos jovens entendem que a presença das áreas verdes pode ser vista como sinônimo de melhora ou de qualidade de vida para o bairro em que vivem como também para a cidade.

Na parte final das entrevistas perguntou-se especificamente sobre a questão da presença do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, indagou-se se os jovens frequentavam algum dos parques urbanos da cidade e o que poderia melhorar nestes parques. Do total de entrevistados, 71% responderam que frequentavam algum dos espaços verdes públicos da cidade de Coimbra. Quando questionado sobre o que os jovens poderiam melhorar nos espaços verdes públicos, observou-se que o tópico plantar mais árvores apareceu como um ponto a se melhorar para 24% dos entrevistados. (Quadro 1.5)

Quadro 1.5 – Universo de análise segundo o que pode melhorar nas áreas verdes que os jovens frequentam.



Fonte: o autor

A análise levou-nos a concluir que assim que a relação dos jovens com os espaços verdes é de fato imprecisa e não muito clara sobre o que ainda se mostra como um discurso e o que de fato é realmente a consciência quanto à presença e o uso dos espaços verdes, ou seja, constata-se certa dubiedade presente na relação dos jovens com as áreas naturais.

Considerações finais

Com este estudo procurou-se entender qual a percepção que existe a respeito do papel dos espaços verdes ou do patrimônio natural na qualidade de vida urbana. Desta análise, ficaram algumas imagens paradigmáticas que constataram a diversidade do patrimônio na cidade de Coimbra quanto à sua conservação, uso, relação e percepção. Depois da apreciação feita ficou demonstrado que a relação, a percepção e a topofilia para com as áreas verdes de maneira geral difere, tanto na observação geral feita pela cidade, como quanto especificamente aos dois bairros.

Também se concluiu que, na atualidade, os espaços verdes concorrem com outros espaços na construção das novas sociabilidades, espaços cujo poder de atração, é bem maior. Notou-se ainda que o relaxamento já não implica a existência de um lugar calmo e que inspire a contemplação, como se entende ser uma das funções das áreas verdes urbanas. Como também se pôde concluir que o próprio entendimento do que seja qualidade de vida não implica, necessariamente, a existência de áreas verdes, embora a presença dela faz com se associe a idéia de qualidade ao ambiente, como se verificou entre os moradores entrevistados no Vale das Flores assim como entre os estudantes.

Por fim acredita-se, depois do que aqui foi analisado, que o sentimento topofílico, a relação, a atitude para com as áreas verdes, mesmo em indivíduos que possuem idade para que a sua idéia em relação à natureza já esteja consolidada, ainda demanda mais informação, mais educação ambiental e mais esclarecimento. Como por outro lado implica por parte das autoridades governamentais um esforço para que se obtenha uma maior presença do verde nas cidades, traduzida em mais parques, praças ou mesmo no aumento da arborização urbana, para que assim, consciente ou inconscientemente, a percepção para com a importância do patrimônio natural inserido no ambiente urbano aumente e se consolide.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. (2006). *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, Ed. 90 Graus.
- BANDEIRINHA, J.A. e JORGE, F. (2003). *Coimbra vista do céu*. Coimbra, Ed. Argumentum.
- BERGER, J. (1974). *Modos de ver*. Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, S.A.
- BERQUE, A. (1998). Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. (Org.) R. L. Corrêa et al. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp.84-91.
- BORJA, J. (2003). *La Ciudad Conquistada*. Madrid, Alianza Editorial.
- CARVALHO, J. (1995). *Urbanismo em Coimbra, novos rumos*. Revista Sociedade e Território. 22
- CLAVAL, P. (1999). A geografia cultural: o estado da arte. In: *Manifestações da Cultura no Espaço*. (Org.) R.L. Corrêa et al. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 59-97.
- CORDEIRO, A. M. R. (2004). *Uma nova perspectiva de ordenamento do território para o Concelho de Coimbra: uma abordagem segundo a filosofia dos corredores verdes*. Cadernos de Geografia. Instituto de Estudos Geográficos. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. no.21/23.
- COSGROVE, D. (1998). Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: *Espaço e Cultura* n° 5. Rio de Janeiro, NEPEC, UERJ, pp. 5-29.
- DOMINGUES, A. (2006). *Cidade e Democracia - 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa, Ed. Argumentum.
- FARIA, S. (2006). *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra - Gráfica de Coimbra Lda.
- FREITAS, Helena. *Entrevista concedida presencialmente no dia 29 de novembro de 2007, no Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra*.
- KANASHIRO, M. (2003). *A cidade e os sentidos: sentir a cidade*. Curitiba, Editora UFPR.
- MCDOWELL, L. (1996). A transformação da Geografia Cultural. In: *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. (Orgs.) Gregory, D. et alii. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- OLIVEIRA MELO, V. L. (2005). *A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- PELLEGRINO, P. (2000). *Pode-se planejar a paisagem?*. Paisagem e Ambiente - Ensaios. São Paulo, FAUUSP.
- RELPH, E. (1987). *A Paisagem Urbana Moderna*. Lisboa, Edições 70.
- SANTOS, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, ed. Hucitec.
- SPIRN, A. W. (1995). *O jardim de granito: a natureza do desenho da cidade*. São Paulo, EDUSP.
- TUAN, Y.-F. (1980). *Topofilia - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, DIFEL Editora.

Sítios de internet

Instituto Nacional de Estatística – INE – www.ine.pt

Notas

¹ Oliveira Melo (2005; 9149) afirma que a concepção da Geografia Humanista representou uma grande contribuição, pois os estudos de percepção ambiental passaram a embasar a análise das relações estabelecidas entre as populações e o meio ambiente em diversas cidades do mundo, visando a gestão de lugares e paisagens.

² Freitas (2007) argumenta que os espaços da cidade não estão balanceados, há uma necessidade de se equilibrar, de se balancear as áreas verdes pela cidade. As razões para tal desequilíbrio passam pela influência e negligência políticas, fazendo com que alguns bairros sejam mais equilibrados do que outros. Passa também pela fragilidade da sociedade civil.

³ Zonas verdes de proteção são áreas da estrutura verde urbana através das quais se pretende proteger: a) A estabilidade biofísica, nomeadamente as encostas declivosas, os solos agrícolas e as linhas de água; b) As infra-estruturas, nomeadamente rodovias. Estas zonas poderão ser públicas ou privadas conforme o determinado em plano de pormenor ou outro estudo de conjunto.

⁴ As zonas verdes públicas são áreas da estrutura verde urbana onde não é permitido: a) A execução de novas edificações; b) A destruição do solo vivo e do coberto vegetal; c) Alterações à topografia do terreno; d) Derrube de árvores; e) Descarga de entulho.

⁵ Ressalta-se que houve ainda uma quarta etapa dentro desta pesquisa, que consistiu na análise comportamental em um espaço verde público do município, mas esta etapa não será alvo de análise neste artigo.

⁶ Observam-se as diferenças socioeconômicas entre os dois bairros – Vale das Flores e Monte Formoso – através dos dados do censo 2001 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE – Portugal): 1- A população desempregada é maior na área do Monte Formoso com um número próximo aos 5%, enquanto na região do Vale das Flores o número se encontra próximo dos 3%; 2- Qualificação da população residente nos dois bairros nota-se que a percentagem dos que não tem nenhuma qualificação laboral é de 14% para os moradores do Vale das Flores enquanto para o Monte Formoso a percentagem é de 21%; 3- No que se refere a escolaridade verifica-se que 26,5% dos residentes no Vale das Flores tem nível superior e no Monte Formoso 13% apresentam nível superior; 4- Quanto à população sem escolaridade, no Vale das Flores a percentagem encontra-se na casa dos 8% e no Monte Formoso sobe para 12%.

⁷ Ressaltando ainda que como a topofilia faz um apelo a todos os sentidos, entende-se que a presença constante de uma grande área verde pública na paisagem do Vale das Flores, faz com que os moradores deste bairro possuam a idéia de qualidade de vida associada ao verde, entende-se que há uma relação, uma percepção na importância da presença do parque na idéia de qualidade de vida no bairro. Confirma-se ainda mais esta dedução quando se observa que nas entrevistas realizadas no Monte Formoso, bairro que não conta com a presença de uma grande área verde, que a questão da qualidade de vida não aparece em nenhuma das respostas.